

APRESENTAÇÃO

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.23.1>

Identificado em finais de 2019, em Wuhan, na província de Hubei, na China, o novo coronavírus SARS-CoV-2 viria a provocar as primeiras infeções na Europa apenas em janeiro de 2020. Desde então passaram pouco mais de 9 meses ao longo dos quais o novo agente infeccioso se disseminou pelo mundo. A 11 de janeiro a China registava oficialmente a primeira morte pelo novo vírus. Em finais daquele mês, contabilizavam-se 7.834 casos confirmados e o SARS-CoV-2 havia-se alastrado a 18 países. Um mês depois, em 11 de março, quando a OMS reconheceu a existência de uma pandemia causada pelo novo vírus, existiam já 118.903 mil casos de infeção em 114 países. Apenas 6 meses depois, a 11 de setembro, quando o número de infetados se cifrava em 28.2 milhões dispersos por 196 países e territórios, a ONU aprovou uma resolução, por uma votação de 169-2, em que apelava à intensificação da cooperação e solidariedade internacionais para conter, mitigar e superar a pandemia.

Quer a decisão da ONU, quer os números de infetados e de óbitos diretamente associados à COVID-19 dão-nos sinais inquietantes quanto à complexidade da situação pandémica que estamos a viver e na qual continuaremos a estar mergulhados por tempo indeterminado. A infeção continua a propagar-se a um ritmo acelerado, exigindo a responsabilização e colaboração de todos para minimizar os seus efeitos mais perversos que se fazem sentir sobretudo sobre as populações, comunidades e indivíduos mais vulneráveis. Apesar de ser apenas uma forma de vida bastante simples, que não escolhe idade, sexo ou riqueza, as suas vítimas mortais são maioritariamente pobres, idosos e doentes.

No dia 29 de setembro, foi oficialmente ultrapassada a barreira de 1 milhão de óbitos, estando então registados 33 milhões de infetados, num total de 200 países. A 19 de novembro, quando se ultima este texto, existem mais 23 milhões de infetados pelo novo coronavírus, estando confirmados 56.407.020 milhões de casos de infeção em todo o mundo. Estes são, inevitavelmente, números sonantes, sobretudo se considerarmos que cerca de metade da população mundial passou pela experiência de confinamento e quarentena, por períodos variáveis, ao longo dos últimos 10 meses. Não sabemos o que teria acontecido sem esse confinamento, mas sabemos que ele teve consequências económicas e sociais dramáticas, que levarão muito tempo a superar. Para além de provocar uma grave crise sanitária global, o SARS-CoV-2 veio

abrir a caixa de Pandora de todas as desigualdades, lembrando, a contragosto, os graves problemas globais que teimamos em não querer resolver.

A situação específica de Portugal no contexto pandémico da COVID-19 foi algo paradoxal pela relativamente tardia entrada do vírus no nosso território. Assim, em finais de fevereiro não existiam ainda casos da doença em Portugal, num momento em que o número de infetados disparara em Espanha e a Itália havia implementado, desde 23 de fevereiro, o encerramento de escolas e de serviços públicos e a proibição de eventos com aglomeração de pessoas. No nosso país, os primeiros casos só viriam a ser confirmados a 2 de março, associados a um surto com epicentro na freguesia de Idães, no concelho de Felgueiras, o qual esteve na origem da decisão, tomada a 7 de março, de se suspenderem as atividades no *campus* de Gualtar da Universidade do Minho. Assim, desde 9 de março, aulas, conferências, eventos, atividades desportivas, serviços de bibliotecas e de unidades alimentares de natureza presencial deixaram de funcionar, primeiro no *campus* de Gualtar e, dias depois, em todos os espaços da Universidade. Entretanto, novas decisões foram tomadas a nível nacional, as quais acabaram por ajudar a conferir alguma normalização à suspensão abrupta da vida universitária: a 12 de março o Conselho de Escolas Médicas pediu a adoção de medidas mais restritivas para combater a disseminação da pandemia, tendo as escolas sido encerradas a 16 de março e o Estado de Emergência sido declarado a 18 de março, com fortes restrições à circulação das pessoas, recomendando-se o confinamento no domicílio, exceto para atividades consideradas essenciais.

Os dias que se iniciaram a 7 de março de 2020, o dia D para a Universidade do Minho, sucederam-se num ritmo alucinante de tomadas de decisão e de execução de procedimentos julgados indispensáveis para garantir a segurança das pessoas (docentes, alunos, investigadores, funcionários), mas também a sua indispensável conetividade, particularmente sensível no caso dos estudantes, que foi necessário manter em diálogo com os docentes. Um enorme, mas pouco visível esforço, foi feito para garantir a segurança e a robustez das comunicações, dos sistemas de informação e das plataformas, sobre as quais viria a repousar o sucesso de grande parte das atividades académicas *online*, que se constituíram em pouco tempo como uma nova ‘normalidade’, incluindo as aulas e avaliações garantidas por meios tecnologicamente assistidos. Todas as tradicionais

práticas presenciais de ensino pareceram ficar repentinamente obsoletas e foi necessário inovar e aprender depressa a fazer diferente, mas também a constatar e minimizar as desiguais condições de aprendizagem dos estudantes em regime não presencial. Mas o invulgar desafio de quase tudo fazer a distância implicou também assegurar as condições de funcionamento do teletrabalho dos funcionários, ou as inúmeras reuniões por *Zoom*, que permitiram dar continuidade às atividades próprias de uma Universidade, incluindo a investigação, os concursos, as provas académicas ou as reuniões dos órgãos de gestão que asseguram o funcionamento da instituição universitária.

A ideia deste livro nasceu em pleno confinamento, em meados de abril, num momento em que a Universidade do Minho havia já conseguido estabilizar uma nova rotina na alargada cadeia de compromissos que integram a sua missão, tanto ao nível do ensino, como do funcionamento dos diferentes serviços indispensáveis à sua gestão. Pretendíamos criar mais um elo de conectividade da comunidade académica, através de um espaço narrativo editável, que pudesse refletir a forma como os seus elementos foram capazes de se adaptar à nova realidade e às dificuldades emergentes, não dispensando uma reflexão crítica sobre a ‘nova (a)normalidade’, esboçada a partir de diferentes olhares disciplinares, ou as projeções possíveis sobre um futuro que se afigurava problemático. Assim, mesmo assumindo que ficará sempre inevitavelmente oculta boa parte das dificuldades, ansiedades, medos, perplexidades e reflexões inevitáveis numa conjuntura pandémica, decidimos lançar um repto a alguns membros das diferentes unidades orgânicas da Universidade, desafiando-os a escrever sobre a situação que estávamos a experienciar, sobre as aprendizagens resultantes e as perspetivas quanto ao futuro.

A coletânea que se edita com o título **‘A Universidade do Minho em tempos de Pandemia’** acabou por ser organizada em três volumes devido, ao elevado número de contribuições impossível de reunir num único *ebook*. Mas a natureza heterogénea dos textos exigiu também uma cuidada reflexão quanto ao seu ordenamento, da qual emergiu uma estrutura composta por três narrativas, que visam responder a três questões distintas. Assim, o 1º volume, com o subtítulo de **‘Reflexões’**, tenta dar resposta a uma inevitável interrogação: *Mas o que é isto?* Já o 2º volume, que recebe o subtítulo de **‘(Re)Ações’**, corporiza um conjunto de textos que reflete as atuações em diferentes áreas da dimensão académica, numa tentativa compreendermos: *Como reagimos?* Finalmente, o 3º volume, que acusa o subtítulo de **‘Projeções’**, dá expressão a uma

pergunta, que nos irá desafiar ainda durante muito tempo. *E agora?* pois, afinal todos sabemos que isto não vai, nem pode, ficar tudo bem.

Ao conjunto dos autores que contribuíram para concretizar esta iniciativa editorial agradecemos o interesse e a enorme generosidade com que aceitaram o desafio que lhes propusemos. Esta obra é indiscutivelmente vossa. Mas, ela pertence também a todos os que foram convidados e não conseguiram cumprir os prazos, bem como aos que não foi de todo possível convidar.

Manuela Martins

Eloy Rodrigues